

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Situação no Amapá não interfere na venda da Eletrobras, diz secretário	3
Título: 4 estatais serão vendidas até o fim de 2021, promete Guedes	5
Título: Diretor da Aneel rebate críticas sobre fiscalização.....	6
Título: Ocyan prevê novo ciclo na prestação de serviços	7
Título: Odebrecht negocia com BNDES dívida de R\$ 2,8 bilhões.....	9
Título: CGN fecha contrato que viabiliza geração eólica no PI	10
Título: Aneel dá aval para obra da Cteep sem relicitação.....	11
Título: Leilão confirmado em dezembro	13
Título: Vendas sobem e BR Distribuidora vê sinais de recuperação	13
Título: Consumo de aço cresce 4% em 2021, diz ArcelorMittal.....	15
Título: Setor projeta demanda firme na AL.....	16
Título: Grupo técnico discutirá judicialização de metas de CBios.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Guedes diz que há risco de País ter hiperinflação	19
Título: Para combustível e geradores, governo manda R\$ 21,5 mi	21
Título: Em Macapá, apagão piora clima de insegurança.....	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: É frustrante estar aqui há dois anos sem ter vendido nenhuma estatal, afirma ministro	23
Título: Amapá vive encontro de apagão e nova onda de Covid.....	24
VEÍCULO: O Globo.....	27
Título: Apagão no Amapá dificulta venda da Eletrobras.....	27

Título: Guedes diz que vai privatizar quatro estatais até fim de 2021	29
Título: Estado pagará em dia 13º salário de servidores	31
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	32
Título: Amapá terá ajuda de R\$ 21,5 milhões	32
Título: Estado deixa de contar infectados.....	34

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/11/2020****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner — De Brasília****Título: Situação no Amapá não interfere na venda da Eletrobras, diz secretário**

O secretário especial de desestatização, Diogo Mac Cord, avalia que o apagão no Amapá não deve afetar a tramitação do projeto de privatização da Eletrobras. Segundo ele, reações contrárias no “calor do momento” são naturais, mas insistiu que o caminho é melhorar a regulação, evitando que problemas desse tipo se repitam, com empresas públicas ou privadas.

“Não é qualquer coisa um Estado inteiro ter saído do sistema. Mas passada essa fase, o que vai acontecer é olhar para trás e avaliar o que aconteceu de errado. Tenho certeza de que a conclusão será o aprimoramento regulatório”, disse. “Já tivemos desastres de todos os tipos. Aviões já caíram, a solução foi estatizar o setor aéreo? Ou foi aprimorar a regulação? Não faz sentido dizer que a solução é estatização do serviço.”

Para ele, pesa ainda em favor da privatização o desenho que prevê recursos de R\$ 3,5 bilhões para modernização do parque gerador de energia da região Norte.

Mac Cord defende que se avance o projeto que revisa o marco de concessões e PPPs relatado pelo deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). O texto permite a conversão de dívida empresas em dificuldade em participação no capital dos credores e no limite a relicitação das concessões.

“Talvez esse acidente mostre mais uma lição em termos de monitoramento das operações. Dentro do conjunto de propostas que a gente fez há uma chamada ‘solução crítica’. Nela, você monitora a concessionária, independente do setor, seus indicadores de solvência, e a agência reguladora atua imediatamente quando percebe que a empresa está caminhando para uma situação irreversível”, disse. “Se tivesse algo parecido em vigor hoje, talvez não tivesse tido esse problema no Amapá”, acrescentou, lembrando que a empresa Isolux quebrou na Espanha. No começo deste ano, a Isolux transferiu a operação no Amapá para fundos de investimento.

Ele admitiu a negociação de ajustes no projeto de privatização da Eletrobras, como a inclusão de uma “golden share” - ação de classe especial que daria alguns direitos de veto ao governo. “Se tiver, não atrapalha a modelagem. Não é uma grande questão ao investidor. Se tiver, não compromete. Há questões como transferência de sede, nome da empresa, coisas nesse sentido.

Absolutamente nada que comprometa valor”, disse, sem revelar os termos da negociação.

Mac Cord disse que também estão avançadas as negociações sobre parte dos recursos da capitalização da empresa (o caminho escolhido para fazer a privatização) serem direcionados para a revitalização do São Francisco. O valor previsto, lembrou, seria de R\$ 3,5 bilhões para essa bacia. No projeto anterior, do governo Michel Temer, os valores era superiores.

Para o secretário, a privatização da Eletrobras e a nova regulação do setor elétrico (PLS 232) trarão novos incentivos à melhoria do sistema. “Esses projetos são a garantia da transformação do setor elétrico brasileiro”, disse.

Mac Cord também disse ser preciso pensar em mecanismos de seguro no setor elétrico. “Em vez de ter uma estatal super ineficiente, que já teve uma série de problemas no passado inclusive com alguns dos maiores escândalos de corrupção do mundo, eu posso contratar um seguro com uma empresa que pode ficar com transformadores de todos os tipos, diferentes tamanhos, à disposição com sistema logísticos rápidos o suficiente para atender o Brasil todo”, defendeu, explicando que isso seria mais barato do que manter uma estatal como a Eletrobras.

Segundo ele, a privatização da estatal por meio de capitalização deve mais que dobrar seu valor. “Esse é melhor modelo. Gera outorga para a União. Perdemos o controle da empresa, ficamos com 49% e eles valem muito mais do que o controle que temos hoje”.

O secretário especial afirmou que trabalha também é para avançar com privatizações dos Correios, portos de Santos e Vitória, além da venda do óleo do pré-sal administrado pela estatal PPSA.

Sobre os Correios, ele disse haver muitas possibilidades de modelagem. Para ele, com o PL que retira o monopólio do setor, há diversas alternativas possíveis, como a desverticalização ocorrida no Reino Unido, uma capitalização como ocorreu na Alemanha, ou a venda de fatias por regiões.

“O PL vai me deixar livre nessa modelagem”, disse. Segundo ele, há possibilidade de segregação das atividades da empresa, o que define um tipo de interessado. A rede de imóveis e a capilaridade da empresa são ativos muito valiosos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/11/2020****Seção: Brasil****Autor: Lu Aiko Otta, Estevão Taiar e Murillo Camarotto — De Brasília e de São Paulo****Título: 4 estatais serão vendidas até o fim de 2021, promete Guedes**

Lista do ministro é formada por Correios, Eletrobras, PPSA e Porto de Santos

Quatro empresas estatais (Correios, Eletrobras, porto de Santos e PPSA) deverão estar privatizadas até o fim do ano que vem, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele disse ontem estar frustrado pelo fato de estar no segundo ano de governo sem conseguir vender nenhuma empresa e reclamou da existência de um acordo contrário às privatizações no Congresso Nacional.

As falas de Guedes ocorreram em dois eventos. O primeiro foi promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU), que discutiu boas práticas em privatização. O segundo, realizado pela agência de informações Bloomberg. O governo precisa, segundo ele, recompor seu eixo político para vender empresas estatais como vem prometendo desde a campanha eleitoral. No entanto, há uma “guerra política” em torno do processo, disse. Sem dar detalhes, ele lamentou ter sido “ingênuo” a ponto de anunciar que privatizaria as quatro empresas neste ano, após chegar a um entendimento sobre essa agenda com deputados e senadores.

Ele disse ainda que o movimento óbvio a ser feito pelo governo era acelerar as privatizações, os desinvestimentos de imóveis e derrubar a dívida. “É o Brasil gastando US\$ 100 bilhões todo ano só para manter o financiador da dívida sossegado. Se não, há o perigo de uma combustão instantânea. O Brasil pode ir pra uma hiperinflação muito rápido, se não rolar a dívida satisfatoriamente.”

A dificuldade em avançar com a agenda levou o ex-secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar, a sair do governo. Seu sucessor, Diogo Mac Cord, tem um desafio grande de acelerar o processo, ao lado do presidente do (BNDES, Gustavo Montezano, comentou Guedes. A venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), do Rio, seria o primeiro movimento, acrescentou o ministro da Economia.

Apesar das dificuldades, o processo de venda de empresas estatais é “irreversível”, afirmou.

Guedes avaliou que a privatização dos Correios será bem-sucedida, dado o crescimento do comércio eletrônico, impulsionado pela pandemia. A operação depende de uma legislação que definirá o que é o serviço postal universal

previsto na Constituição. A partir dessa lei, será possível modelar a venda da empresa.

Já no caso da PPSA, o que está em discussão é a venda do óleo recebido pela União na exploração do pré-sal, em regime de partilha.

A venda da Eletrobras depende de decisão do Congresso. A desestatização do porto de Santos está em fase de estudos, segundo informa o site do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Essas quatro operações podem render cerca de US\$ 100 bilhões, nos cálculos do ministro.

A quantidade de ativos da União e de governos estaduais passíveis de serem colocados à venda é muito maior do que se pensava, disse Montezano. “Erramos o tamanho do business.” Ele destacou que a agenda de privatizações está andando. Citou como exemplos a companhia de saneamento de Alagoas e a Companhia Energética de Brasília (CEB), a ser leiloada neste mês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/11/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Diretor da Aneel rebate críticas sobre fiscalização

Agência “não é senhora de todos os itens” em funcionamento no sistema de transmissão, diz André Pepitone, ao falar do Amapá

A demora no restabelecimento do fornecimento de energia no Amapá, após a subestação de transmissão de Macapá ser atingida por um raio na semana passada, levou o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, a defender ontem o trabalho de fiscalização do órgão. A agência foi criticada por não conseguir antever a grave falha de segurança do sistema de abastecimento local que provocou a indisponibilidade de três grandes transformadores e, principalmente, não permitiu a retomada do fornecimento de todo Estado nas horas seguintes.

Ao abrir a reunião semanal da diretoria, Pepitone buscou esclarecer os procedimentos de fiscalização das linhas de transmissão do país. Ele afirmou que as linhas que integram a rede básica são monitoradas por indicadores de desempenho.

Segundo o diretor, somente após perceber um “comportamento inadequado” em algum segmento de rede, a fiscalização da Aneel parte para uma análise

mais detalhada, com inspeção in loco. Para Pepitone, a Aneel “não é senhora de todos os itens” em funcionamento no sistema de transmissão que, ao todo, alcança 155 mil quilômetros de extensão. O diretor classificou o desligamento da rede da Isolux como “grave” e disse que o órgão não mede esforços para apurar as causas do blecaute e aplicar as “medidas corretivas” necessárias aos responsáveis.

Ao falar do desafio de fiscalizar as redes de transmissão do país, o diretor da agência informou que são acompanhados os indicadores de 1.418 linhas de alta tensão e 409 subestações de energia espalhadas por todo o país. “A Aneel não consegue verificar sozinha a rede de transmissão do Rio Grande do Sul ao Amazonas”, afirmou.

A subestação de energia em Macapá é de responsabilidade da Isolux. A empresa já foi alvo punição pela Aneel em 2017 quando sua matriz, na Espanha, entrou em recuperação extrajudicial e começou a atrasar a entrega de linhas de transmissão no Brasil. Pepitone classificou o apagão como “grave” e ressaltou que, “antes de uma questão técnica, é uma questão social”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/11/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Ocyan prevê novo ciclo na prestação de serviços

Com todas as unidades contratadas e com receitas garantidas, a Ocyan, empresa de aluguel de sondas e plataformas do grupo Odebrecht, conseguiu passar pela crise da indústria de óleo e gás de 2020 sem grandes sobressaltos. Antes a empresa, antiga Odebrecht Óleo e Gás, já havia passado por outra situação difícil: em 2017, enfrentou recuperação extrajudicial, em acordo com credores, para negociar dívidas totais de cerca de US\$ 5 bilhões.

Na ocasião, a companhia sofreu os efeitos da crise na indústria de petróleo, com cancelamento de encomenda pela Petrobras, e também da operação Lava Jato, que levou à prisão o então presidente da holding, Marcelo Odebrecht.

“Ideia é nos colocarmos como solução para esses novos atores que estão chegando no mercado brasileiro”

Agora a companhia se prepara para entrar em um novo ciclo. Busca clientes para suas sondas, cujos contratos vencem entre 2021 e 2022, em um contexto de sobreoferta no mercado. A Petrobras segue sendo o principal alvo, mas a entrada de novas petroleiras no Brasil traz perspectivas de diversificação da base de consumidores.

Este mês, a Ocyan fechou contrato para afretamento da unidade Cidade de Itajaí para a australiana Karoon - que adquiriu da Petrobras o campo de Baúna, no pós-sal da Bacia de Santos, onde a embarcação operava. O negócio se deu por meio da joint venture com a Altera Infrastructure (ex-Teekay).

O contrato original de aluguel com a estatal vencia em 2022, mas com a chegada do operador um novo acordo foi costurado. O presidente da Ocyan, Roberto Bischoff, disse que o novo contrato, de quatro anos (renováveis por mais dois), trouxe uma “redução esperada” nas taxas de afretamento, dada a realidade atual do mercado de óleo e gás, mas que a empresa aposta na redução de custos.

A Ocyan é peça importante no plano de reestruturação da Odebrecht (*ver matéria nesta página*). O grupo deu ações de seu braço de óleo e gás como garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Bischoff disse que a empresa acompanha com atenção a entrada de novos produtores independentes no mercado brasileiro como uma oportunidade para redução da dependência da Petrobras.

Ele afirmou que os pequenos e médios produtores que têm assumido os campos maduros da Petrobras vão demandar serviços de intervenção de poços e que a Ocyan quer se posicionar como fornecedora de “pacote de serviços”. Além do aluguel de sondas e plataformas, a Ocyan presta serviços de construção submarina e manutenção offshore.

“A ideia é nos colocarmos como solução para esses novos atores que estão chegando no mercado brasileiro. Vai representar um novo perfil de cliente”, disse Bischoff. “Os contratos grandes vão ficar mais para a frente, mas temos feito um movimento de aproximação.”

Ele afirmou que as grandes petroleiras internacionais, que foram ativas nos leilões de áreas exploratórias dos últimos anos, vão começar a movimentar a demanda por serviços de perfuração a partir de 2021. “[O choque de preços] levou à postergação de decisões de investimento. Na perfuração, as atividades das petroleiras estrangeiras ainda é baixa. Elas estão começando, a grande ativa ainda é a Petrobras, mas esperamos que [as contratações] aconteçam”.

Nas sondas, o foco ainda está na Petrobras, a grande contratante. A Ocyan tem cinco unidades no portfólio. Dois desses contratos com a estatal vencem no segundo semestre de 2021 e os três demais ao longo de 2022. A companhia tem participado das licitações da petroleira brasileira e monitora oportunidades fora do Brasil, em especial na África. “Claramente uma das prioridades nossas ao

longo deste ano e 2021 é a reconstrução desses dois ativos [cujos contratos vencem ano que vem].”

Em cenário de sobreoferta, a expectativa é que as taxas de afretamento caiam. As taxas diárias dos novos contratos assinados no mercado de sondas este ano estão, em geral, na metade dos valores anteriores à crise. “Estamos saindo de contratos de dez anos, de longo prazo, de uma realidade tarifária diferente e vamos entrar num momento de sobreoferta de sondas no setor. Mas preparamos a empresa para operar em outro nível de tarifas.”

Ele conta que, apesar de a Petrobras ter renegociado com os seus fornecedores diferimento no pagamento de parte dos valores previstos em contrato, para o ano que vem, 2020 foi um “ano bom”. “Fomos beneficiados porque nossas cinco sondas estão contratadas.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e André Ramalho — Do Rio

Título: Odebrecht negocia com BNDES dívida de R\$ 2,8 bilhões

Ações da Ocyan estão entre garantias dadas ao banco de fomento

O grupo Odebrecht e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estão em negociações sobre a dívida que o conglomerado tinha com a instituição financeira há cerca de três anos, quando as ações da Ocyan foram apresentadas como garantia pela empreiteira ao banco de fomento. Os papéis da empresa do setor de óleo e gás não são as únicas garantias dada pela Odebrecht ao banco, em uma dívida de R\$ 2,8 bilhões.

As discussões entre as duas partes acontecem com cláusulas de confidencialidade e fora da recuperação judicial da Odebrecht, que foi homologada em 27 de julho e envolve 12 subsidiárias do grupo, com dívidas estimadas em R\$ 98,5 bilhões.

O **Valor** apurou que as conversas acontecem sem litígios e sem risco de eventual execução das garantias. Uma venda das ações da Ocyan para pagamento do banco de fomento não está descartada, mas a solução a ser dada passa fundamentalmente pelo BNDES, que pode decidir, por exemplo, o melhor momento e o volume de ações da Ocyan que poderiam ser vendidas para remuneração do banco.

A intenção inicial das partes era fechar um acordo este ano mas atualmente a expectativa é de que um acordo aconteça só em 2021.

A Ocyan passou por uma recuperação extrajudicial em 2017, quando ainda se chamava Odebrecht Óleo e Gás. A negociação da dívida da Ocyan realizada naquele ano já foi, segundo a empresa, “equacionada e está concluída”. A dívida total da Ocyan na época da recuperação extrajudicial somava US\$ 5 bilhões.

O presidente da Ocyan, Roberto Bischoff, não comenta a questão das ações dadas em garantia ao BNDES e, questionado sobre eventual troca de controle acionário da empresa, afirma que o assunto cabe ao acionista da companhia.

O executivo explica que a empresa não conseguirá repetir este ano os patamares de faturamento de 2019, da ordem de US\$ 900 milhões, porque os números do ano passado contaram com efeitos não recorrentes - como a venda de dois navios do tipo PLSV, de lançamento de dutos, para a Technip. Ele cita, porém, que a Ocyan conseguiu manter os níveis de rentabilidade em linha com os de 2019.

Bischoff fala ainda sobre as perspectivas do mercado de plataformas. A Ocyan tem uma unidade sob contrato com a Karoon (Cidade de Itajaí) e uma com a Petrobras (Pioneiro de Libra), mas busca oportunidades de expandir o negócio. “Estamos focando no nicho de plataformas de médio porte [de 150 mil a 180 mil barris/dia] como grande orientador de crescimento e estamos atuantes para conquistar novos projetos o mais rápido possível.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: CGN fecha contrato que viabiliza geração eólica no PI

Acordo, de R\$ 90 milhões, foi firmado com a comercializadora Bolt Energy para o fornecimento de 15 MW, no prazo de cinco anos

A CGN Energia Brasil, controlada pela China General Nuclear Power Group (CGN), fechou contrato de R\$ 90 milhões com a comercializadora Bolt Energy para o fornecimento de 15 megawatts (MW) por cinco anos. O acordo viabilizará a construção das unidades 9 e 10 do complexo eólico de Lagoa do Barro, no Piauí, parte do plano de expansão da companhia para alcançar um portfólio de geração de energia renovável de 3 gigawatts (GW) no Brasil.

Os dois novos parques vão adicionar capacidade de cerca de 80 MW ao complexo, que conta com potência instalada de 195 MW. Os novos projetos tiveram a construção iniciada este mês e têm previsão de entrada em operação comercial ao final de 2021. “Temos como objetivo desenvolver PPAs (power purchase agreements, acordos de compra de energia) para alavancar nossos

projetos eólicos. A CGN tem vários projetos no mercado regulado, mas temos o projeto de ampliar nosso portfólio no mercado livre, porque os preços são mais atrativos”, disse a chefe da área de trading da CGN, Ana Carolina Molina.

O ambiente de contratação livre (ACL) concentra as grandes indústrias do país. Conforme o presidente da Bolt, Gustavo Ayala, o mercado livre passou por um período de renegociação de contratos este ano em meio à queda no consumo causada pela pandemia, mas está em rota de recuperação desde setembro. “O próprio mercado se resolveu e encontrou soluções contratuais, com um desempenho muito bom perante a crise inesperada. Houve um alongamento de prazos de pagamentos para os consumidores. O mercado já voltou aos patamares do ano passado e agora tende a crescer, pois existe um cronograma de abertura para mais consumidores”, disse o executivo.

O limite mínimo de carga de consumidores elegíveis para atuar no ACL está em 2 MW desde janeiro de 2020. O cronograma do Ministério de Minas e Energia prevê a redução do consumo mínimo para 1 MW em janeiro de 2022. No ano seguinte, haverá nova redução, para 500 quilowatts (kW). A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) vão apresentar nos próximos anos estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado para os consumidores com carga inferior a 500 kW.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt e Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Aneel dá aval para obra da Cteep sem relicitação

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acatou ontem a recomendação da área técnica de classificar um conjunto de obras na rede da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep) como apenas um reforço à infraestrutura existente. Na prática, a agência garantirá um aumento de receita para a transmissora realizar as obras, sem que o novo projeto seja submetido à licitação.

Autorizações para reforçar a estrutura das redes de transmissão são corriqueiras na Aneel. Porém, representantes do setor, como o advogado Luiz Felipe Hadlich, têm chamado a atenção para o fato das intervenções na concessão da Cteep custarem cerca de R\$ 400 milhões.

Hadlich defendeu, em ofício apresentado à agência e em sustentação oral ontem na reunião da diretoria, que as obras têm relação direta com os Lotes 3,

7 e 8 do leilão de linhas de transmissão, marcado para 17 de dezembro. O edital do certame foi aprovado ontem pelo comando da agência.

“Se as obras forem autorizadas haverá prejuízo à modicidade tarifária na medida em que não serão submetidas ao procedimento competitivo, que nos casos recentes de leilões tem apresentado deságios de até 60%, além de prejuízo à competição do próprio leilão”, disse Hadlich. Ele defendeu ainda que a agência deveria aguardar a última análise, detida especificamente aos reforços de rede em São Paulo, por parte do Tribunal de Contas da União (TCU).

No mês passado, os ministros do TCU decidiram que, do ponto de vista formal, a Aneel atendeu aos requisitos necessários para realizar o leilão. A decisão consta em acórdão relatado pelo ministro Benjamin Zymler. Em seguida, porém, os pontos levantados sobre a inclusão ou não das obras da Cteep voltaram a ser analisados pelos auditores do tribunal.

Ontem, os diretores da Aneel concluíram que a agência não precisaria esperar o tribunal finalizar a análise para aprovar a última versão do edital.

O relator do caso, diretor da Aneel Efrain Cruz, explicou que as subestações da Cteep passarão apenas por uma atualização tecnológica. Por isso, ele considera que não se trata de um novo empreendimento.

Já o diretor Sandoval Feitosa Neto afirmou que o valor elevado é justificado pelo fato de se tratar de reforços em equipamentos de grande porte, que atendem a região central de São Paulo.

Efrain também relatou ontem um processo semelhante ao da Cteep, mas com decisão tomada em sentido oposto. Trata-se de obras vinculadas à rede da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE -GT), em Porto Alegre. Neste caso, as obras integram lotes do próximo leilão de transmissão, marcado para 17 de dezembro.

O diretor-geral da Aneel, agência, André Pepitone, afirmou que o mecanismo de licitação é tratado como regra para contratar novos projetos. Por outro lado, o reconhecimento de projetos como obras de reforços, sem realizar licitação, é a exceção.

Ontem, o advogado que contestou autorização dada à Cteep para receber um adicional de receita para executar as obras de reforço afirmou que a decisão implicará em “danos potenciais” ao consumidor, da ordem de R\$ 80 milhões por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/11/2020****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: Leilão confirmado em dezembro**

Certame ofertará onze lotes de linhas de transmissão

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o edital do leilão de transmissão, marcado para o dia 17 de dezembro. O certame ofertará onze lotes que preveem a instalação de mais 1.958 quilômetros de rede em nove Estados (AM, BA, CE, ES, GO, MS, MG, RS e SP). O investimento previsto é de R\$ 7,34 bilhões.

O leilão será realizado na bolsa de valores de São Paulo, a B3. Vence a disputa as empresas que, individualmente ou organizadas em consórcios, apresentarem lances com a menor receita anual permitida (RAP) para operar as novas redes. O edital define, como referência, um valor máximo para cada lote.

A soma das RAPs máximas dos projetos alcança R\$ 1,019 bilhão. A maior receita prevista é do Lote 2, no valor de R\$ 278,1 milhões. O projeto, orçado em quase R\$ 2 bilhões, atenderá o extremo sul da Bahia, com linhas que vão cortar Minas Gerais e Espírito Santo.

Os vencedores do leilão terão de 42 a 60 meses para concluir as obras e iniciar a operação das novas instalações que vão integrar a rede básica de transmissão do país. O prazo será contado a partir da assinatura dos contratos.

Além de ampliar a malha de alta tensão, os novos projetos vão reforçar as subestações de energia com a capacidade de transformação adicional de 6.420 megavolt-ampères (MVA). A Aneel estima a geração de 15,4 mil empregos diretos.

A relação de projetos do leilão foi revisada algumas vezes ao longo dos últimos meses para adequar a contratação à nova projeção de demanda do setor após a pandemia de covid-19. No início do ano, a agência previa a oferta de 15 lotes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/11/2020****Seção: Empresas****Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio****Título: Vendas sobem e BR Distribuidora vê sinais de recuperação**

Apesar de recuperação ante 2º trimestre, resultado segue abaixo do observado em 2019

A BR Distribuidora encerrou o terceiro trimestre de 2020 com um volume de vendas de 9,4 milhões de metros cúbicos (m3), crescimento de 20,8% na comparação com o segundo trimestre. De acordo com a companhia, os resultados do trimestre foram marcados pelos primeiros sinais de recuperação da crise causada pela covid-19. O volume de vendas, no entanto, ainda está 9,8% abaixo do ano anterior, quando comparados o terceiro trimestre de 2020 com igual período de 2019.

O aumento em relação aos meses de abril a junho se deu principalmente em função da demanda de produtos do ciclo otto (veículos que rodam com gasolina e/ou etanol), diesel e coque. A empresa explicou que a recuperação tem continuado nas últimas semanas e que as vendas de diesel em setembro e outubro já estão acima dos volumes projetados para estes meses antes da pandemia.

A demanda por querosene de aviação também apresentou expressivo aumento no terceiro trimestre, com crescimento de 154% em relação ao segundo trimestre do ano, quando a paralisação do setor de aéreo foi mais aguda. Apesar da recuperação do setor, no entanto, os volumes continuaram 58,3% abaixo do terceiro trimestre de 2019.

Com isso, a distribuidora registrou lucro líquido de R\$ 335 milhões no trimestre, queda de 74,9% na comparação anual. Em relação ao segundo trimestre, houve aumento de 78,2%. A receita líquida do trimestre foi de R\$ 21,1 bilhões, valor 13,2% menor do que no terceiro trimestre de 2019, mas 42% maior do que no período imediatamente anterior. Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado ficou em R\$ 834 milhões, avanço de 1,8% na comparação anual e de 2,2% em relação ao segundo trimestre de 2020.

A companhia conseguiu ainda aumentar sua participação no mercado para 26,6% no setor de combustíveis, avanço de 0,6 pontos percentuais em relação ao segundo trimestre.

A BR Distribuidora informou que realizou um provisionamento de R\$ 111 milhões, referentes à obrigação de aquisição de CBIOs, créditos de descarbonização do programa de estímulo aos biocombustíveis do governo federal, o chamado RenovaBio. A decisão ocorreu após a definição em setembro pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) do número de CBIOs a serem obrigatoriamente adquiridos pelas distribuidoras, referentes aos anos de 2019 e 2020.

O volume provisionado reflete a estimativa de 3/4 da obrigação total de CBIOS a serem adquiridos em 2020. A parcela já adquirida foi valorada pela média do preço de aquisição e o restante da provisão, ao preço médio do último dia do trimestre. “O reflexo destes custos na receita foi praticamente inexistente no trimestre, sobretudo em face da alta volatilidade dos preços de CBIOS em seus primeiros meses de comercialização”, acrescentou a companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Consumo de aço cresce 4% em 2021, diz ArcelorMittal

Estimativa, no entanto, é com certa cautela em razão da possibilidade de segunda onda da covid-19

O mercado brasileiro deve sustentar a recuperação no próximo ano. Jefferson De Paula, CEO da ArcelorMittal Aços Longos para a América Latina e Mineração Brasil, diz que, apesar da recuperação do Brasil e da América Latina, existem alguns pontos que não dependem de estímulos dos governos da região. De Paula acredita que é um ano de recuperação, mas essa estimativa é mais cautelosa.

“Tem que ter cautela para o ano que vem. Existem alguns pontos que não dependem dos países, como a segunda onda da covid e a vacina que deve ser aprovada. A construção civil está voltando e isso pode ajudar a retomada da demanda, principalmente no Brasil”, afirmou De Paula durante o Congresso Alacero 2020, patrocinado pela Associação Latino-Americano do Aço (Alacero).

Segundo ele, a empresa trabalha com dois cenários para o mercado brasileiro: um básico e um otimista. O executivo disse ao **Valor** que o “desenho” mais factível é de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 3% e dólar na casa dos R\$ 5,30. Com isso, o consumo aparente de aço no país deverá apresentar uma alta de 4%, isso considerando vendas de produtos longos e planos.

“Nesse cenário, o governo conseguirá controlar as contas públicas. E uma possível segunda onda de covid-19 não deverá vir forte, o que obrigaria a medidas de isolamento. Com isso, a economia mantém a sua trajetória de alta em 2021”, disse o executivo.

O consumo de aços longos, afirmou, deverá sustentar esse aumento estimado nas vendas totais em 2021, sendo puxado pela construção civil e obras de infraestrutura que devem sair do papel. “Somente com o marco do saneamento

a estimativa é de investimentos de R\$ 800 bilhões até 2030. O governo mantendo os gastos sob controle e fazendo alguma reforma, o país cresce mais no próximo ano”, disse.

No cenário otimista, De Paula acredita numa aceleração do crescimento do PIB brasileiro ao patamar de 5% e o consumo de aço a um aumento de 8%. O dólar, segundo ele, ficaria entre R\$ 4,80 e R\$ 4,90. “Acreditamos que no segundo semestre de 2021 a vacina já estará aprovada e não haverá uma segunda onda de covid-19”, afirmou.

Ao governo cabe, segundo De Paula, a aprovação das reformas estruturantes, como a administrativa e tributária, e tirar do papel algumas privatizações. “ Isto depende muito da atuação do governo com o legislativo. Se essas coisas passam, o Brasil pode crescer 5% ao ano durante 10 anos”, ressaltou De Paula.

Se o cenário otimista prevalecer, o executivo disse que alguns projetos de aumento da capacidade devem sair do papel. “Temos uma unidade em João Monlevade (MG) que podemos colocar para produzir. Hoje, com a capacidade que temos já conseguimos atender a demanda que se vislumbra no Brasil em 2021 no cenário básico”, disse.

Segundo ele, a ArcelorMittal está trabalhando em 100% da sua capacidade para atender a demanda e recompor os seus estoques. “Em abril e maio nosso estoque caiu 40%. E agora estamos recuperando isso mês a mês para chegar em dezembro e janeiro com um nível confortável de estoque. Consideramos um estoque ideal de cerca de 30 a 35 dias.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Setor projeta demanda firme na AL

Presidentes de siderúrgicas acreditam que região deve mostrar crescimento no consumo de aço em 2021

O setor siderúrgico da América Latina acredita que o próximo ano deverá ser de consolidação da recuperação de 2020. Durante o painel dos CEOs no congresso da Alacero, realizado ontem, foi um consenso entre os executivos de que a demanda por aço nos países da região está retomando em “V” e em alguns mercados com mais força como no Brasil.

Neste ano, a expectativa é de queda de 14% no consumo aparente na América Latina e de um recuo de 15% na produção, segundo a Alacero, entidade que reúne as siderúrgicas na região.

De acordo com o presidente da Ternium, Máximo Vedoya, a recuperação na região está melhor por causa de um movimento de recomposição de estoques aliado a uma demanda crescente nos mercados consumidores.

“Para 2021, sou moderadamente otimista. Depois de uma crise tão violenta há uma recuperação em todos os países. Os estoques diminuíram e agora é o momento de recomposição, mas a demanda está crescendo. Estou moderadamente otimista porque ainda não saímos da pandemia”, disse Vedoya.

O presidente da Gerdau, Gustavo Werneck, é menos conservador quando o assunto é a recuperação do mercado em 2021, principalmente o brasileiro. O executivo reafirmou que a estimativa é de um crescimento de 6% a 8% no consumo aparente de aço no país no próximo ano. “No curto prazo tenho um otimismo grande. A recuperação em “V” vai continuar até o final do primeiro trimestre do próximo ano. O consumo pode crescer de 6% a 8% no Brasil”, afirmou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/11/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Grupo técnico discutirá judicialização de metas de CBios

O Comitê RenovaBio, grupo técnico que assessora o Conselho Nacional do Política Energética (CNPE) no monitoramento do programa RenovaBio e na definição das metas de descarbonização para as distribuidoras, deverá discutir na quinta-feira a judicialização das metas deste ano, conforme apurou o **Valor**.

O tema foi incluído depois que a Associação das Distribuidoras de Combustíveis (Brasilcom) obteve, no domingo, uma liminar na Justiça que reduziu em 25% as metas de compra de Créditos de Descarbonização (CBios) de suas associadas - em sua maioria distribuidoras de alcance regional, além da Alesat.

A reunião de quinta-feira já estava marcada na sexta, quando o grupo, reunido, decidiu estabelecer encontros semanais para monitorar o mercado de CBios.

O comitê é formado por representantes dos ministérios de Minas e Energia, Casa Civil, Meio Ambiente, Agricultura, Economia, MCTIC, Infraestrutura e Itamaraty. Também participam membros da Agência Nacional do Petróleo, Gás

Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), mas sem direito a voto.

A pressão das distribuidoras para a revisão das metas deste ano já vinha crescendo antes da ação na Justiça, e chegou ao comitê. Na reunião do dia 6, o colegiado debateu uma demanda de empresas do segmento que pediam que o cumprimento das metas de 2020 fosse adiado por alguns meses e adentrasse o primeiro trimestre de 2021.

A possibilidade, porém, foi rechaçada pelos participantes. Na ANP, avalia-se que algumas distribuidoras já comparam CBios suficientes para atender às suas metas, e que uma postergação quebraria a isonomia concorrencial.

O movimento de parte de distribuidoras para rever as metas cresceu depois que a agência afirmou, em nota, que as empresas não poderiam postergar um limite de até 15% de suas metas deste ano para 2021, já que não houve cumprimento de metas no ano anterior.

Algumas distribuidoras vinham contando com essa flexibilização para atenderem à meta apenas em 2021, para quando esperavam preços menores dos CBios. Embora a ANP mantenha seu entendimento, a agência informou ao **Valor** que “passou subsídios técnicos” a respeito do questionamento das distribuidoras para sua Procuradoria se posicionar no âmbito judicial.

Outra preocupação das distribuidoras é que as usinas representem a oferta de CBios. Até a semana passada, porém, o MME calculava que já havia títulos escriturados em quantidade suficiente para as metas deste ano até 20 de novembro, e que até o fim do ano haveria 17 milhões de CBios aptos para negociação - a meta total para o ano é de 14,53 milhões.

Mesmo assim, as distribuidoras reduziram o ritmo de compras de CBios na última semana para uma média diária de 26 mil - na terceira semana de outubro, as negociações alcançaram uma média diária de 933 mil, segundo dados da B3. Com isso, os preços dos CBios caíram abaixo de R\$ 50 no dia 9, ante pico de R\$ 64 em 29 de outubro.

Na Justiça, a situação segue indefinida. Questionada se vai recorrer da liminar, a Advocacia-Geral da União (AGU) disse, em nota ao **Valor**, que não comenta estratégia processual. O Ministério Público Federal (MPF) afirmou à reportagem que lhe caberá dar um parecer apenas após informações da ANP. Questionada se iria recorrer, a agência disse que não comentaria.

Ontem, a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) pediu que as autoridades barrem a revisão das metas. A entidade e a União Brasileira do

Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio) disseram que estão analisando se vão intervir juridicamente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/11/2020

Seção: Economia

Autor: LORENNA RODRIGUES, EDUARDO RODRIGUES, ADRIANA FERNANDES e E
THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA SÃO PAULO

Título: Guedes diz que há risco de País ter hiperinflação

Para ministro, cenário pode se concretizar rapidamente se dívida não for equacionada

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o Brasil pode “ir para uma hiperinflação muito rápido” se não rolar a dívida pública satisfatoriamente. No evento Boas práticas e desafios para a implementação da política de desestatização do governo federal, organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), ele se disse frustrado por não ter conseguido ainda privatizar nenhuma empresa estatal, como prometido na campanha do presidente Jair Bolsonaro, e defendeu desinvestimentos para reduzir o endividamento público.

Assessores do ministro rechaçaram avaliação de que mensagem de Guedes represente “terrorismo fiscal”. Eles destacam que essas incertezas, que podem piorar ainda mais os indicadores, ocorre num momento em que a economia real está “com punch” para a retomada. “Estamos roucos de tanto gritar” resumiu um assessor do ministro ao comentar o alerta de Guedes sobre o risco de hiperinflação.

Os economistas classificam de “hiperinflação” quando o principal conjunto de preços de um País – o Índice Nacional de Preços a Consumidor Amplo (IPCA), no caso brasileiro – aumenta de valor em mais de 50% em um mês. O Brasil viveu mais de uma década nessa situação, entre o começo dos anos 1980 e o lançamento do Plano Real em 1994. Em março de 1990, a inflação mensal ultrapassou a casa dos 80%.

Como comparação, em outubro deste ano o IPCA subiu 0,86%, de acordo com dados divulgados na última sexta-feira pelo IBGE. O centro da meta de inflação para todo o ano de 2020 é de 4%, mas os analistas de mercado esperam um índice de 3,20% neste ano, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central publicado na última segunda-feira.

A fala do ministro da economia foi um “alerta evidente” para a necessidade de o Congresso correr com a aprovação das reformas e os projetos da pauta

econômica, segundo assessores de Guedes. A discussão dos projetos, que incluem medidas duras e impopulares de corte de gastos, foi paralisada por determinação do presidente Jair Bolsonaro até o final das eleições municipais. Guedes quer retomar as discussões já no dia 16 de novembro, no dia seguinte do primeiro turno, e sua equipe econômica tem intensificado as discussões. O clima na Câmara, porém ainda, está muito conflagrado por conta das disputas em torno da sucessão de Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Assessores do Ministério da Economia garantiram que, por trás do alerta do risco de hiperinflação, não há nenhuma insatisfação de Guedes com o trabalho do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Os dois afirmam que estão na trincheira da defesa do ajuste e manutenção do teto de gastos.

Câmbio. Mas há a percepção na equipe econômica que a inflação pode acelerar rapidamente num cenário de pressão do câmbio com dúvidas sobre a trajetória da dívida, o que atrapalharia a manutenção de juros baixos, o crédito e investimentos. Uma fonte da equipe econômica disse que Guedes e Campos Neto estão preocupados com o problema do déficit fiscal e as providências para sua equação, pois não há margem mais da política monetária, se não resolver o problema fiscal. A falta de definição do governo e os desejos das áreas palacianas de continuar gastando pode pressionar muito os déficits com taxas de juros cada maiores para financiá-lo. Na avaliação dessa fonte, Guedes e Campos Neto estão sós nessa luta. “Estou bastante frustrado com o fato de estarmos aqui há dois anos e não termos conseguido ainda vender nenhuma estatal”, afirmou Paulo Guedes.

Sem conseguir levar desinvestimentos nem a venda de imóveis públicos para frente, Guedes ressaltou que o País carrega empresas e bens ineficientes, enquanto tem uma dívida que cresce como “bola de neve”. “Se tivéssemos matado a dívida, estaríamos com recursos alocados para fazer transferência de renda”, completou o ministro.

Em outro evento também nesta terça, o ministro afirmou que, até dezembro de 2021, quatro estatais já deverão ter sido vendidas: Correios, Porto de Santos, Eletrobrás e PPSA, que administra o sistema de partilha de petróleo. “Até dezembro, essas quatro devem estar feitas. E muitas outras. Esse é o ponto de partida. Estamos propondo isso para o Congresso nos próximos 30 a 60 dias”, disse, em evento virtual sobre países emergentes, organizado pela agência Bloomberg.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/11/2020****Seção: Metrópole****Autor:****Título: Para combustível e geradores, governo manda R\$ 21,5 mi**

- Oito dias depois do início do apagão no Amapá, o governo Bolsonaro liberou R\$ 21,5 milhões para apoiar o enfrentamento do problema. Segundo o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), os “recursos serão utilizados para a locação de geradores e aquisição de combustível para geradores”. O Estado segue sem energia restabelecida.

No vizinho Estado do Pará a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros montaram um esquema de parceria público-privada e organizaram a coleta de donativos, enviando à capital amapaense itens básicos, entre os quais cerca de 3.500 cestas básicas e 13 mil litros de água.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/11/2020****Seção: Metrópole****Autor: Vinícius Valfré / Macapá (AP)****Título: Em Macapá, apagão piora clima de insegurança**

Falta de energia, há quase uma semana, traz desconforto e medo à periferia da capital do Amapá, que já convive com alta criminalidade

A luz cai a todo momento nas casas da periferia de Macapá. Moradores reclamam que o rodízio no abastecimento não funciona como propaga o governo. O vai e volta da energia aumenta o desconforto e agrava o clima de insegurança nas ruas escuras da capital do Amapá. Enquanto o presidente Jair Bolsonaro vende como normalizada a situação no Estado, a vida de moradores afetados pelo apagão segue repleta de imprevistos e dificuldades.

Em transmissão ao vivo pelas redes sociais, Bolsonaro disse na segunda-feira que 70% da energia foram restabelecidos no Amapá e deu um prazo de nove dias para normalizar a situação. Quem percorre as periferia da capital percebe que a realidade é outra.

Alguns bairros têm estruturas distintas da distribuição de luz. Com isso, ruas da mesma área ficam com horários de rodízio diferenciados. A falta de energia afeta ainda mais a rotina dos moradores quando a cidade aparece em destaque nas listas da criminalidade. Com uma taxa de 54,1 mortes por 100 mil

habitantes, Macapá está entre as dez capitais mais violentas do País segundo o Atlas da Violência 2019.

Em uma parte do bairro Pacoval, a energia só chega a partir da meia-noite e é suspensão às seis da manhã. Sem ventilador, dormir antes da madrugada é impossível. A falta de luz nos postes e dentro de casa também traz preocupação à família de Socorro Almeida, 42 anos, da professora de reforço escolar. Na casa dela moram 15 pessoas, entre adultos e crianças. Colchões são espalhados pela varanda para que os pequenos tentem descansar. A família fica do lado de fora, na calçada, em busca de ar fresco. “Como está tudo escuro, é perigoso ficar aqui”, admite.

Como as baterias dos celulares acabam, é preciso recorrer a velas, que tiveram preços inflacionados. A caixa sai a R\$ 7,50 e não dura mais do que uma noite. É uma despesa importante para quem tem renda baixa. Definitivamente, as coisas não estão normais na casa de dona Socorro nem na extensão dessa localidade, próxima ao centro da capital.

Para que mais luz natural entre na casa durante o dia, parte da mobília e dos eletrodomésticos da cozinha ficam de fora. A geladeira perdeu utilidade. Parte da comida estragou nos dias sem energia. Mesmo com o rodízio, os períodos não são suficientes para congelar a comida nem para gelar água suficiente para todos os moradores da casa. “Nós estamos bebendo água quente”, contou a professora. Se decidem se dar ao luxo de uma coca-cola gelada no comércio local, pagam R\$ 15 na garrafa, em vez dos R\$ 8 cobrados antes do apagão.

Calor à noite. Na sensação térmica de quase 40°C, a solução é beber água quente. No ócio das noites escuras, vizinhos discutem o que é pior: ter luz até meia-noite e passar a madrugada no calor ou suar até o início da madrugada para poder dormir com o ventilador ligado.

Filha de Socorro, Maria Clara Barbosa de Almeida, 20, cursa Serviço Social. Sonha dar uma vida melhor à família e ajudar profissionalmente pessoas que precisam. No período de apagão, estudar está fora de cogitação. Manter-se segura, ter comida e água limpa são as preocupações centrais. “É sobre o nosso dia a dia, nossa rotina, que está completamente mudada. Tem muita gente se aproveitando de apagão, bandido aproveitando para roubar”, disse. “Estão tendo acidentes também. Meu marido é ajudante de pedreiro e vigilante da obra. Ele precisa trabalhar e quase caiu de bicicleta em um buraco. O trabalho dele fica mais perigoso também.”

Saúde. Há uma semana, desde o início do apagão, a UPA da Zona Norte de Macapá, no bairro Novo Horizonte, é auxiliada por um gerador que precisa ser ligado manualmente quando há pique de energia. Durante a hora em que a

reportagem permaneceu na unidade, caiu o abastecimento do entorno por alguns minutos, derrubando luz e sinais de telefonia. “Já aconteceu outras duas vezes”, contou uma mulher que acompanhava o marido em atendimento.

Segundo funcionários da unidade, o atendimento não é prejudicado porque equipamentos como respiradores têm baterias que são acionadas entre a queda da luz e a ativação do gerador. A unidade lida, também, com pacientes com a suspeita da covid-19. Banhos e lavagem de roupas e de máscaras perderam frequência. Autoridades sanitárias ainda têm dúvidas sobre como a doença afetará as aglomerações e falta de higiene.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/11/2020

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: É frustrante estar aqui há dois anos sem ter vendido nenhuma estatal, afirma ministro

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta terça (10) que se sente frustrado pelo fato de o atual governo estar há dois anos no poder sem vender estatais. Ele afirmou que a atual gestão foi eleita com o discurso das vendas, mas que acordos políticos impedem o avanço da agenda e que é preciso cumprir o prometido durante a campanha.

“Estou bastante frustrado [com o fato] de estarmos aqui há dois anos e não termos conseguido vender nenhuma estatal. É bastante frustrante”, disse em evento sobre desestatização promovido pela Controladoria-Geral da União.

Guedes lembrou que Salim Mattar, ex-secretário especial de Desestatização, saiu do cargo após constatar que seu trabalho não renderia resultados expressivos dada pouca disposição de agentes políticos em vender as empresas.

“Entrou outro com muita determinação e mais juventude. Quem sabe ele aguenta o tranco e vai conseguir entregar mais”, afirmou Guedes em referência ao substituto de Mattar, Diogo Mac Cord. “Ele só tem que fazer um gol para ganhar. Porque no outro ficou zero, não fizemos nada. Isso é lamentável”, disse o ministro.

Guedes disse que acordos políticos no Congresso têm barrado as vendas e falou em tom de cobrança do próprio governo. “Essa missão está acima da política partidária, que inclusive impediu que nós avançássemos [com] acordos políticos impedindo as privatizações. E o governo liberal-democrata que foi eleito e que

falou o tempo inteiro que ia privatizar, aí tem acordo político de repente na Câmara e no Senado que não deixa privatizar. Que história é essa?”, disse.

“Precisamos recompor nosso eixo político para conseguir fazer as privatizações prometidas durante a campanha.”

Em outro evento pela manhã, o ministro afirmou que a ordem das próximas privatizações seria Correios, Eletrobras e porto de Santos e que o processo pode ser concluído até o fim de 2021.

Ele disse que as propostas devem ser apresentadas ao Congresso em 30 a 60 dias, mas que não gosta mais de falar em datas porque as pessoas dizem que ele não entrega. “Continuamos entregando, mas os políticos têm seu próprio tempo”, disse.

Apesar da falta de avanço nas privatizações de empresas inteiras, têm avançado as vendas de subsidiárias de estatais. Exemplo disso é a BR Distribuidora, que teve seu controle vendido em 2019 e, por isso, já não é mais uma estatal.

O ministro repetiu que sua intenção ao vender ativos estatais como empresas e imóveis é levantar recursos para reduzir a dívida pública e diminuir o montante pago em juros. Com isso, afirmou, mais dinheiro sobraria para políticas públicas como em segurança.

O ministro lamentou o fato de o Brasil gastar bilhões em rolagem da dívida todo ano, mas ressaltou que o país pode sofrer com hiperinflação caso não faça isso. “O país gastando US\$ 100 bilhões por ano só para manter o financiador da dívida sossegado. Senão, há o perigo de uma combustão instantânea. O país pode ir para a hiperinflação muito rápido se não rolar a dívida satisfatoriamente”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/11/2020

Seção: Cotidiano

Autor: Vinicius Sassine

Título: Amapá vive encontro de apagão e nova onda de Covid

Falta de energia complicou atendimento a pacientes e até mesmo a testagem

Macapá - O apagão no Amapá piorou o atendimento básico de saúde aos moradores de Macapá que apresentam sintomas de infecção pelo novo coronavírus. A piora ocorre exatamente no momento em que a capital vive uma nova onda de Covid-19.

Na tarde desta terça-feira (10), a Folha esteve nas três UBS (Unidades Básicas de Saúde) convertidas em polos exclusivos de atendimento a pacientes com suspeita de Covid-19, em regiões distintas da cidade. A reportagem constatou que o apagão obrigou transferências de pacientes, interrupção do funcionamento de uma unidade por 24 horas, sobrecarga em razão do deslocamento de pacientes e interrupção de testes do tipo RT-PCR, os mais precisos.

Pelo menos uma UBS ficou impossibilitada de armazenar e refrigerar o material colhido para a realização dos testes, em razão da falta de energia. Assim, os pacientes são encaminhados para os chamados testes rápidos. Os índices de erro desses testes, cujos resultados são quase instantâneos, são bem mais elevados do que os do tipo RT-PCR.

O teste RT-PCR seguia paralisado na UBS Santa Inês, que funciona desde o início da pandemia num galpão de escola de samba improvisado para funcionar como uma unidade de saúde, na orla do rio Amazonas. Os pacientes que chegam ao galpão —um enorme ginásio, com aspecto de um hospital de campanha adaptado— só conseguem fazer o teste rápido.

Na casa do professor Salomão Prata, 46, a mulher, Antônio, e as duas filhas jovens tiveram sintomas de Covid-19, como febre, dor no corpo e dor de cabeça. Na terça-feira (3), a família compareceu à UBS Santa Inês e foi orientada a retornar no dia seguinte para a realização dos testes.

À noite, um apagão deixou 90% da população do estado no escuro, provocado por um incêndio nos transformadores de uma subestação de distribuição de energia Prata e a família voltaram à UBS no dia seguinte, mas já não havia qualquer possibilidade de realização do teste RT-PCR, em razão da falta de energia para armazenar o material coletado.

“Eles nos disseram que, caso fosse instalado um gerador de energia, seria possível”, afirmou o professor. Ele voltou com as filhas nos dias seguintes, e só foi possível fazer os testes rápidos, cujo resultado foi negativo.

Nesta terça, Prata e a mulher estiveram outra vez na UBS. Ela ainda sente os sintomas da Covid-19. O encaminhamento foi para um teste rápido, em razão da falta do teste mais preciso.

A família vive numa cidade vizinha a Macapá, Santana, no bairro Remédio 2. Os efeitos do apagão ainda são sentidos, sem previsão de fim.

Um racionamento estabelecido pela companhia de energia deixa a casa do professor sem eletricidade de 0h às 6h e das 12h às 18h.

Em Macapá, por causa do calor úmido e intenso, é comum a existência de aparelhos de ar condicionado nas casas. Os aparelhos mais modernos são chamados pelos moradores de centrais. Dormir, em dias de apagão e racionamento, ficou bem mais difícil.

Na UBS Lelio Silva, o apagão provocou a transferência de pacientes com suspeita de Covid-19. Um deles foi o pai da vendedora autônoma Loiany Silva, 32.

Medicado na veia, com parte dos pulmões comprometida, ele precisou ser levado para um dos hospitais de referência destinados a atender esses pacientes quando todo mundo ficou no escuro na UBS.

Outros três pacientes também precisaram ser transferidos. O pai de Silva recebeu alta médica e não retornou à UBS. Segundo a vendedora, o teste feito deu negativo para Covid-19. “Meu pai tem pneumonia. Foi levado para um hospital onde só tinha pacientes com Covid. Ficou lá sozinho, sem acompanhante, pois era proibido”, disse.

Segundo a vendedora, o pai segue precisando de internação hospitalar. Na tarde desta terça, ela estava na mesma UBS acompanhando a filha, de 16 anos, que também tem sintomas da doença.

Na UBS, são feitos os primeiros atendimentos, com classificação de risco, avaliação médica, aplicação de medicação e exames laboratoriais. Se o paciente se encontra em estado grave, é estabilizado e transferido para hospitais de referência.

Profissionais de saúde relatam que o pico da doença em Macapá foi em maio. Caiu consideravelmente até setembro. Na UBS Lelio Silva, eram atendidos naquele mês, por dia, cerca de 80 pacientes com suspeita de infecção pelo novo coronavírus. Agora, são cerca de 300.

O que está ocorrendo na cidade, em razão do apagão, deve provocar um aumento de casos até fevereiro, segundo a expectativa desses profissionais de saúde que estão na linha de frente das unidades de saúde.

Falta água, em razão da falta de energia; há bairros onde a eletricidade ainda não voltou de maneira satisfatória; e as pessoas ainda se aglomeram em longas filas nos bancos, nas lotéricas, nos supermercados e em postos de gasolina.

Silva se acostumou aos protestos em seu bairro, Congós, mais distante do centro de Macapá. Já houve pelo menos três manifestações dos moradores pelo restabelecimento da energia. Na casa dela, o racionamento é ainda mais rigoroso: à noite, a eletricidade só aparece por uma hora.

Moradores queimam pneus e colchões nos protestos. O policiamento foi reforçado, numa tentativa de evitar novas manifestações.

Em razão do apagão, o Amapá deixou de fornecer dados diários sobre a incidência da Covid-19 no estado. A Prefeitura de Macapá já precisou restringir atividades de bares, boates e da campanha eleitoral em razão do repique da doença.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/11/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA, MARCELLO CORRÊA E JULIA LINDNER - BRASÍLIA

Título: Apagão no Amapá dificulta venda da Eletrobras

Após 8 dias sem abastecimento regular de energia, problemas da empresa privada responsável por subestação incendiada aumentam resistência do Congresso à venda da estatal. Governo defende privatização e diz que é preciso reforçar fiscalização

A privatização da Eletrobras, cujo projeto se arrasta há meses no Congresso por forte resistência de parlamentares —principalmente do Norte e do Nordeste —, ganhou um novo entrave com o apagão que já dura mais de uma semana no Amapá. O incidente envolvendo uma empresa privada deve servir como um argumento palpável no Congresso para os que tentam bloquear o plano do governo de vender a estatal do setor elétrico, avaliam integrantes do governo e líderes políticos.

Sempre houve a avaliação de que a maior resistência à privatização da Eletrobras está no Senado, tanto que o governo decidira mudar a estratégia e tentar votar na Casa primeiro, antes da Câmara. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) chegou a ser apontado como relator da proposta nos bastidores, já que o texto ainda não foi oficializado. O governo tentava costurar um acordo, cogitando a volta ao projeto do poder de veto da União na estatal privatizada e a criação de fundos de desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste.

A situação no Amapá, porém, irritou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), eleito pelo estado e que tem um irmão concorrendo à prefeitura de Macapá. Ele tem cobrado, nos bastidores, uma ação mais efetiva e rápida do governo para resolver o problema. Ontem, o Ministério de Minas e Energia informou que 100% da eletricidade voltarão “até a próxima segunda-feira”, quase duas semanas depois do incêndio na subestação que deixou 13 das 16 cidades do estado às escuras.

SEM FISCALIZAÇÃO NO LOCAL

Um dos argumentos dos críticos à privatização é o de que as falhas na fiscalização e as dificuldades de a empresa privada responsável pela subestação de trocar transformadores estão tendo que ser supridas pelo governo e pela Eletronorte, subsidiária da Eletrobras. O Ministério do Desenvolvimento Regional liberou recursos para aluguel de geradores.

Já defensores da privatização e o governo argumentam que a falha está na regulação e fiscalização, que precisam ser aprimoradas para garantir o cumprimento de obrigações de empresas privadas no setor.

Alcolumbre já mostrava resistência à privatização, avaliando não ter votos suficientes para aprová-la. Agora, segundo pessoas próximas ao senador, essa resistência aumentou. A crise pode afetar outros projetos de interesse do governo na área de energia. Alcolumbre teria mudado sua percepção sobre o novo marco regulatório para o gás natural, que promoveria o “choque de energia barata” prometido pelo governo. Se antes havia a expectativa de a proposta ser votada sem alterações ainda neste ano, essa possibilidade ficou mais distante agora, segundo fontes ligadas ao senador.

Uma fonte do alto escalão do governo admitiu ontem que há um movimento contra a privatização da Eletrobras, mas diz não ver nada concreto. Reservadamente, membros da equipe econômica têm certeza de que o episódio será utilizado contra a privatização, embora o secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, tenha dito ontem que a crise não pode prejudicar o projeto:

— Algumas pessoas estão apontando que um operador privado foi responsável pelo acidente e que a Eletrobras está salvando o sistema. Ainda bem, mas a privatização ainda é o caminho. O Estado não precisa ser empresário —disse Mac Cord à Bloomberg.

Na avaliação do secretário, o país precisa de um novo marco regulatório, com mecanismos de monitoramento que facilitem a relicitação de concessões problemáticas. Ele disse que o Ministério da Economia entrará em contato com o relator do marco regulatório das concessões, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), para tentar acelerar a votação.

A subestação que pegou fogo no Amapá é gerida pela Gemini Energy, empresa formada por fundos de investimentos a partir dos ativos da espanhola Isolux, que está em recuperação judicial e tem problemas em outras concessões. A subestação faz parte da única linha de transmissão que conecta o Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

São três transformadores de grande porte, que fazem parte da linha de transmissão. Esse tipo de infraestrutura é construído após um leilão da Agência

Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As empresas são remuneradas por parte das contas de luz. A fiscalização fica a cargo da Aneel, que também regula distribuidoras e geradoras. Em nota ao GLOBO, a agência informou que a fiscalização da transmissão tem por base o monitoramento contínuo de indicadores de desempenho.

Segundo a Aneel, não houve fiscalização in loco na subestação antes do incidente, “em função da pouca quantidade de desligamentos no passado” O órgão acrescentou que “apenas em 2020 houve desligamentos com corte de carga, em uma instalação que opera desde 2015”.

Ontem, a Aneel abriu uma investigação para apurar as causas do apagão no Amapá.

— Se for constatada falha no planejamento, na operação ou na manutenção, as penalidades vão de advertência até multa de 2% do faturamento — disse o diretor-geral da Aneel, André Pepitone.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/11/2020

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORREA E MANOEL VENTURA

Título: Guedes diz que vai privatizar quatro estatais até fim de 2021

Ministro se diz ‘frustrado’ por não ter vendido empresas, mas governo só enviou ao Congresso proposta para a Eletrobras

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que pretende privatizar pelo menos quatro empresas até dezembro de 2021: Eletrobras, Correios, PPSA e Porto de Santos. Desde o início do governo, Guedes promete leiloar empresas públicas, mas após quase dois anos somente uma proposta foi enviada ao Congresso, a da Eletrobras, que está travada no Senado. As outras privatizações não foram decididas nem dentro do próprio governo.

Dezembro do ano que vem é um novo prazo dado pelo ministro para a venda das estatais. Em julho, Guedes empolgou investidores ao dizer que faria até quatro “grandes privatizações” de empresas.

O prazo passou, nada aconteceu, e o ministro passou a falar que havia um pacto entre a esquerda e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), contra as privatizações. O episódio levou a uma nova ruptura entre Guedes e Maia, que voltaram a se reaproximar após esforço de aliados.

O ministro deixou de citar Maia nominalmente ao cometer sua frustração com a paralisação na agenda de privatizações, mas segue falando que existem acordos políticos para travar as privatizações. Não esclarece, porém, com quem esse acordo teria sido negociado ou os seus termos. Neste período também não foram encaminhadas propostas de privatização de empresas ao Congresso.

—Estou bastante frustrado com o fato de a gente estar aqui há dois anos e não ter conseguido vender uma estatal. É bastante frustrante — afirmou Guedes em evento promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O ministro disse que é preciso recompor “o eixo político para fazermos as privatizações prometidas”.

Ele ainda afirmou que o Brasil pode “ir para uma hiperinflação muito rápido”, se não rolar a dívida satisfatoriamente.

Guedes disse que o governo possui uma dívida em “bola de neve” e, para sair dessa situação, o caminho é vender estatais e imóveis públicos, avaliados por ele em R\$ 2 trilhões.

O projeto para a venda dos Correios ainda tramita dentro do próprio governo. A proposta foi encaminhada para a Secretaria de Assuntos Jurídicos no Palácio do Planalto. Falta a assinatura do presidente Jair Bolsonaro antes de o projeto ser enviado ao Congresso.

De acordo com documento entregue pela Advocacia-Geral da União (AGU) aos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o governo federal vê risco de os Correios se tornarem dependentes do Tesouro Nacional, gerando um custo anual de cerca de R\$ 20 bilhões.

A PPSA é a estatal responsável pela parte do governo nos contratos de exploração de petróleo do pré-sal, sob o regime de partilha. Nesse modelo, o governo é “sócio” das empresas exploradoras do óleo e do gás. Por isso, a privatização, na prática, é uma operação de antecipação de receitas da venda desse petróleo que cabe à União.

O ministro disse que a privatização da PPSA poderia render US\$ 100 bilhões —o equivalente hoje a mais de R\$ 500 bilhões —e ajudar a pagar a conta criada com as medidas para combater os efeitos do coronavírus. O próprio ministro, porém, também já citou que esses mesmos contratos valeriam R\$ 200 bilhões.

— Calculamos que poderia chegar a algo próximo a US\$ 100 bilhões, então nós estamos determinados a tentar vender esses contratos —disse Guedes, em fala para o mercado financeiro internacional.

RELAÇÃO COM OS EUA

Já a privatização do Porto de Santos está em fase de modelagem de concessão. O BNDES selecionou o consórcio para a tarefa.

Paulo Guedes também disse que o governo não é responsável pelos incêndios na Amazônia e descartou que as relações entre Brasil e Estados Unidos possam ser afetadas por questões ambientais, após a eleição de Joe Biden.

—Tem muita narrativa política. Afinal, estamos só há um ano e meio no governo. Não queimamos a Amazônia. Provavelmente, ela tem sido queimada há 30 anos, antes de chegarmos aqui.

O ministro também voltou a dizer que o auxílio emergencial pode ser repetido em 2021, caso haja uma segunda onda do coronavírus.

—Deixamos bem claro para todo mundo: se houver uma segunda onda no Brasil, temos já os mecanismos. Digitalizamos 64 milhões de brasileiros. Sabemos quem são, onde estão e o que eles precisam para sobreviver.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/11/2020

Seção: Rio

Autor: PAULO CAPPELLI E GUILHERME AMADO

Título: Estado pagará em dia 13º salário de servidores

Governo diz que conseguirá honrar integralmente benefício graças ao recebimento de uma dívida de R\$ 1,8 bilhão da Petrobras. Para o ano que vem, estimativa é que déficit nas contas alcance R\$ 20 bilhões

O governo estadual anunciou que pagará em dia, e integralmente, o décimo terceiro salário do funcionalismo público. Segundo o governador em exercício Cláudio Castro, os valores serão depositados nas contas dos servidores em dezembro.

—Vamos pagar o décimo terceiro salário integral em dezembro. É uma luta muito grande, em um ano com Covid e crise do petróleo (que diminui a arrecadação do estado com royalties). Mas, mesmo assim, nos mantivemos firmes, sem atrasar salário — disse Castro em entrevista ao GLOBO.

Segundo ele, a medida será possível por conta de uma dívida paga pela Petrobras com o estado.

— Conseguimos fazer a maior recuperação de ativos do estado. Recuperamos R\$ 1,8 bilhão da Petrobras. Ela já depositou R\$ 1,2 bilhão e vai depositar, até dezembro, mais R\$ 600 milhões. É a maior recuperação de ativos da história.

Apesar de conseguir quitar o décimo terceiro salário

integralmente, o estado não está em situação financeira confortável. A previsão é haja um déficit de R\$ 20 bilhões nas contas no ano de 2021. O projeto da Lei Orçamentária Anual foi enviado no fim de setembro para a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) com uma estimativa de arrecadação de R\$ 67 bilhões e de gastos de R\$ 87 bilhões.

Apesar do déficit bilionário, o secretário estadual de Planejamento, José Luis Zamith, disse ao GLOBO na época que via um avanço no equacionamento das finanças estaduais. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada no começo de agosto, o rombo era estimado em R\$ 26 bilhões.

O secretário explicou que mais da metade do rombo se deve ao retorno do pagamento de parte da dívida do estado com a União, medida prevista mesmo com a renovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Prorrogado provisoriamente por seis meses, o plano de ajuda da União ao estado venceu no início de setembro. O governo negocia a prorrogação e a aprovação de um novo plano que estenderia a ajuda por mais 10 anos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/11/2020

Seção: Brasil

Autor: Bruna Pauxis

Título: Amapá terá ajuda de R\$ 21,5 milhões

O Ministério do Desenvolvimento Regional anunciou, ontem, por meio de duas portarias publicadas no Diário Oficial da União, a liberação de R\$ 21,6 milhões para o Amapá. O dinheiro é destinado ao aluguel de geradores e compra de combustível para operação dos equipamentos, utilizados nos rodízios de energia que acontecem no estado desde o último domingo, após o apagão que já dura nove dias. As expectativas são de que os aparelhos aumentem a quantidade de energia distribuída à população, visto que 89% dos amapaenses contam com esse sistema. O estado segue sem energia restabelecida há nove dias.

O primeiro ato autoriza o empenho e o repasse de R\$ 668,399 mil ao estado e o segundo, R\$ 20,950 milhões. As portarias são assinadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional, que

reconheceu, na sexta-feira, a situação de emergência decretada pelo governo local nos municípios amapaenses afetados pelo desastre.

A população do Amapá tem vivido, desde a terça-feira da semana passada, um drama pela falta de energia. O serviço sendo retomado gradualmente desde sábado, mas em sistema de rodízio. Na segunda-feira, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou que não havia possibilidade técnica de restabelecer 100% da energia elétrica do estado até ontem.

No sábado, a Justiça havia determinado prazo de três dias para que a empresa privada espanhola Isolux, responsável pela energia elétrica do Amapá, resolvesse a situação. A população do estado conta, então, com um sistema de rodízio de energia dividido em dois turnos: de 0h às 6h e 12h às 18h ou das 6h às 12h e 18h à 0h.

Como medida paliativa, o governo federal tem enviado geradores termoeletricos ao estado por aviões da Força Aérea Brasileira e por barcas. Na segunda-feira à noite, por meio de nota, o MME mencionou esforços para retomar a operação da unidade geradora da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, estimado para hoje. O trabalho deverá agregar 25 MW ao fornecimento de energia ao Amapá.

Aneel

Ontem, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, afirmou que o órgão vai apurar com “todo o rigor” a responsabilidade dos atores envolvidos no episódio que resultou no apagão de praticamente todo o estado do Amapá. “Não descansaremos até que o povo amapaense tenha restabelecida a totalidade dos suprimento, e que todas as providências para apurar as responsabilidades dos atores envolvidos sejam tomadas e tomadas de maneira célere”, disse Pepitone no início da sessão ordinária da Aneel de ontem.

Longe de Brasília, a expectativa é diferente. “A energia nunca volta no horário previsto. Aqui no residencial onde moro, o rodízio funcionou corretamente no primeiro dia. A partir do segundo, a energia não voltou no horário previsto, à 0h, mas só por volta da 1h30”, conta o estudante José Vitor Carneiro, 22 anos, morador da capital, Macapá.

Ele não acredita que o problema possa ser resolvido hoje. “Não tem como resolver uma situação como essa em um curto prazo. Acho que eles estão querendo tapar o sol com peneira e resolver a situação da forma mais rápida o possível. Com esse reparo rápido, o problema pode vir a ocorrer novamente”, conta José.

*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

“Não tem como resolver uma situação como essa em um curto prazo. Acho que eles estão querendo tapar o sol com peneira”

José Vitor Carneiro, morador de Macapá

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/11/2020

Seção: Brasil

Autor: Bruna Pauxis

Título: Estado deixa de contar infectados

A falta de energia no Amapá colocou o sistema estadual de saúde pública, já precário, sob mais pressão. Com a queda no sistema elétrico, há mais de uma semana, em 13 dos 16 municípios do estado, a comunicação da rede do setor foi cortada e prejudicou o controle de registro de novos pacientes com suspeitas da covid-19 que procuram o primeiro atendimento nas unidades regionais. O governo estadual informou que há seis dias não envia boletins de casos da doença ao Ministério da Saúde. Outros estados também vêm apresentando problemas na atualização dos boletins (leia mais abaixo).

Sem os dados em tempo real, as autoridades sanitárias locais não sabem como a pandemia se comporta. A falta de informação prejudica a gestão do sistema e dificulta, por exemplo, planejar a necessidade de mais ou menos leitos. “Por causa do apagão, temos um limbo de informação que ainda não conseguimos acessar, sobre casos que, por exemplo, procuraram unidades básicas de saúde”, disse o secretário estadual de Saúde, Juan Mendes Silva. “A comunicação ainda está fragilizada. Hoje estamos começando a retomar a questão do boletim”.

O abastecimento de energia tem sido restabelecido de forma permanente nas áreas dos hospitais, sem os rodízios de seis horas que foram estabelecidos para outras áreas. Apesar disso, ainda há oscilação em unidades básicas de referência para o combate à covid-19. São esses os locais que, no Amapá, recebem pacientes com os primeiros sintomas, para testagem. A UTI do Hospital Universitário está sobrecarregada.

Previsão de surtos

Outro foco de pressão sobre o sistema de saúde do Amapá está nos imprevistos da população para ter o que beber e comer nos últimos dias. Sem água para lavar a louça ou consumir, quem não pode pagar por galões inflacionados recorre a doações, poços artesianos ou até mesmo ao Rio Amazonas. O governo

estadual prevê surto de casos de doenças diarreicas agudas por causa da qualidade da água que está sendo consumida e das condições dos alimentos.

A queda de energia, provocada por incêndio em uma subestação, interrompeu o funcionamento das bombas da companhia de distribuição de água e o governo chegou a usar geradores para retomar esse serviço. Na pandemia da covid-19, as autoridades mundiais ressaltam que a higiene é um importante fator para conter o avanço da doença. “Moramos na beira do maior rio do mundo e não temos água para beber”, afirma o caminhoneiro Danielso de Araújo Borges, de 37 anos.

No vizinho estado do Pará, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros montaram um esquema de parceria público-privada e organizaram a coleta de doativos, enviando à capital amapaense itens básicos, entre os quais cerca de 3,5 mil cestas básicas e 13 mil litros de água.

www.valor.com.br

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2020 | Aos 23 | Número 5275 | R\$ 3,50

Em meio à pandemia, impeachment de Várzea lança o Pensim em período de incertezas A32

O significado da chegada da vacina para a economia e os mercados C2

Grupo Mulheres do Brasil, de Luiza Trajano, lança carta-compromisso às candidatas nas eleições municipais A31

Valor

20
OUTUBRO

Destaques

Bolsonaro brecha a Bolsa

Impetrou o impeachment de Várzea, lançou o Pensim e lançou o Pensim em período de incertezas A32

STF questiona PIS sobre Bolsonaro

O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a constitucionalidade do PIS sobre Bolsonaro, lançado em 2019, por meio de uma decisão que pode ser considerada uma vitória para o governo. A decisão foi dada por 6 votos a 5, com o ministro Ricardo Lewandowski sendo o voto determinante. A decisão foi dada por 6 votos a 5, com o ministro Ricardo Lewandowski sendo o voto determinante. A decisão foi dada por 6 votos a 5, com o ministro Ricardo Lewandowski sendo o voto determinante.

Bolsonaro faz acordos por reformas

O presidente Jair Bolsonaro fez acordos com o Congresso Nacional para a aprovação de reformas estruturais. Os acordos incluem a criação de uma comissão de verdade sobre o caso do ex-ministro da Saúde, a criação de uma comissão de verdade sobre o caso do ex-ministro da Saúde, a criação de uma comissão de verdade sobre o caso do ex-ministro da Saúde.

Educação só utiliza 32% dos recursos livres até agosto

Reportagem

De São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) e o governo estadual não têm utilizado os recursos especiais para 2020, o que representa uma perda de mais de R\$ 200 milhões. O MEC não tem utilizado os recursos especiais para 2020, o que representa uma perda de mais de R\$ 200 milhões. O MEC não tem utilizado os recursos especiais para 2020, o que representa uma perda de mais de R\$ 200 milhões.

Reportagem

De São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) e o governo estadual não têm utilizado os recursos especiais para 2020, o que representa uma perda de mais de R\$ 200 milhões. O MEC não tem utilizado os recursos especiais para 2020, o que representa uma perda de mais de R\$ 200 milhões. O MEC não tem utilizado os recursos especiais para 2020, o que representa uma perda de mais de R\$ 200 milhões.

Reportagem

De São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) e o governo estadual não têm utilizado os recursos especiais para 2020, o que representa uma perda de mais de R\$ 200 milhões. O MEC não tem utilizado os recursos especiais para 2020, o que representa uma perda de mais de R\$ 200 milhões. O MEC não tem utilizado os recursos especiais para 2020, o que representa uma perda de mais de R\$ 200 milhões.

Ibovespa sobe R\$ 390 bilhões em novembro

Reportagem

De São Paulo

A bolsa brasileira sobe mais de R\$ 390 bilhões em novembro, o que representa um recorde histórico. A bolsa brasileira sobe mais de R\$ 390 bilhões em novembro, o que representa um recorde histórico. A bolsa brasileira sobe mais de R\$ 390 bilhões em novembro, o que representa um recorde histórico.

Democracia em tempos de ditadura

O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política.

Deixamos sobre a reforma

O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política.

Responsabilidade social corporativa

O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política.

Atos de Bolsonaro são pessoais

O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política.

Nas lodadoras, fim de semana virou réveillon

Reportagem

De São Paulo

O fim de semana virou réveillon nas lodadoras de São Paulo. O fim de semana virou réveillon nas lodadoras de São Paulo. O fim de semana virou réveillon nas lodadoras de São Paulo. O fim de semana virou réveillon nas lodadoras de São Paulo. O fim de semana virou réveillon nas lodadoras de São Paulo.

STF questiona Anvisa sobre vacina

Reportagem

De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a Anvisa sobre a vacina. O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a Anvisa sobre a vacina. O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a Anvisa sobre a vacina.

Reportagem

De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a Anvisa sobre a vacina. O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a Anvisa sobre a vacina. O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a Anvisa sobre a vacina.

STF questiona Anvisa sobre vacina

O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a Anvisa sobre a vacina. O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a Anvisa sobre a vacina. O Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a Anvisa sobre a vacina.

O governador de São Paulo, João Doria, diz que o governo não vai se render à pressão da Anvisa sobre a vacina.

Apoiados de Bolsonaro vão mal nas pesquisas

Reportagem

De São Paulo

O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas.

Reportagem

De São Paulo

O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas.

Reportagem

De São Paulo

O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas. O apoio de Bolsonaro vai mal nas pesquisas.

Crescem cidades para quem quer viver de renda

Reportagem

De São Paulo

O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política. O Brasil vive um momento de transição política.

Ídolos

Cristiano Ronaldo

O jogador português Cristiano Ronaldo é o jogador mais valorizado do mundo. O jogador português Cristiano Ronaldo é o jogador mais valorizado

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM



JULIO MESQUITA

(1862 - 1927)

Quarta-feira 11 DE NOVEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46411

estadão.com.br

Eleições 2020 DEBATE TEM COVAS COMO ALVO E RUSSOMANNO AGRESSIVO

Com a mediadora Vera Magalhães no centro, os candidatos Bruno Covas (PSDB), Márcio França (PSB), Jilmar Tatto (PT), Celso Russomanno (Republicanos), Arthur do Val (Patriota) e Guilherme Boulos (PSOL) participam do debate promovido pelo **Estadão** em parceria com Faap e Twitter. O prefeito de SP, que tenta a reeleição, foi o principal alvo dos adversários. **POLÍTICA / PÁGS. A18 e A19**



Bolsonaro radicaliza e fala em pólvora para proteger Amazônia

Em discurso, presidente reagiu a Joe Biden e criticou o combate à pandemia

O presidente Jair Bolsonaro deixou de lado o tom moderado que vinha procurando adotar e, em discurso em Brasília, desferiu ataques em várias direções. Ao se referir à pandemia de covid-19, disse que o Brasil precisa deixar de ser "um país de maricas" e enfrentar a doença. O tom de confronto continuou e, diante da ameaça do presiden-

te eleito dos EUA, Joe Biden, de aplicar sanções econômicas ao Brasil, caso não haja firme atuação para combater o desmatamento e as queimadas na Amazônia, Bolsonaro falou até na necessidade de "pólvora" para resolução de conflitos. O discurso de 20 minutos ocorreu quatro dias depois de o Ministério Público do Rio de Janeiro pedir a

cassação do mandato do senador Flávio Bolsonaro (RJ), por envolvimento no caso das rachadinhas, e três dias após a confirmação da vitória de Biden. O presidente disse que sua vida é "uma desgraça" e afirmou que não tem "tesão" pela cadeira de presidente. "Não tenho paz para absolutamente nada", afirmou. **POLÍTICA / PÁG. A4**

• O que Jair Bolsonaro disse

Assistimos a um grande candidato a chefe de Estado (Biden) dizendo que, se eu não apagar o fogo da Amazônia, ele vai levantar barreiras comerciais contra o Brasil (...). Apenas na diplomacia não dá (...). Quando acaba a saliva tem que ter pólvora"

"Tudo agora é pandemia. Tem que acabar com esse negócio, pô. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia. Tem que deixar de ser um país de maricas"

"Vem a turminha falar 'queremos um centro', nem ódio pra lá nem ódio pra cá. Ódio é coisa de marica, pô. Meu tempo de bullying na escola era porrada"

Presidente celebra vacina suspensa; STF quer explicação

Suicídio foi a causa provável da morte do participante dos estudos da Coronavac. Os ensaios clínicos da vacina foram interrompidos anteontem por ordem da Anvisa. O STF pediu explicações. O presidente Jair Bolsonaro comemorou. "Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Deus queria obrigar a todos os paulistanos tomá-la." **METRÓPOLE / PÁG. A26**

• Parecer independente

Para comitê internacional, morte não teve relação com a vacina e testes devem ser retomados. **PÁG. A27**

Brasil se aproxima dos EUA contra a China no 5G

O governo anunciou adesão à iniciativa "Clean Network" (Rede Limpa), lançada por Donald Trump. O programa se contrapõe à China na tecnologia 5G, a próxima geração da internet. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Juiz proíbe divulgação de pesquisa do Datafolha

POLÍTICA / PÁG. A14

Jornal do Carro

Elétrico. Porsche Taycan Turbo S tem 761 cv. **PÁG. 10**



PARA OLHAR A CIDADE DE CIMA

Mirantes como o do Terraço Itália (foto) estão abertos. **PÁG. B3**

Guedes afirma que País pode ter hiperinflação

Em evento da Controladoria-Geral da União, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o Brasil pode "ir para uma hiperinflação muito rápido" se não rolar a dívida satisfatoriamente. **ECONOMIA / PÁG. B3**

Vera Magalhães

Na "super-terça" da alucinação, Bolsonaro passou recibo pela derrota de Trump. **POLÍTICA / PÁG. A18**

Rosângela Bittar

Bolsonaro comporta-se como perdedor em série e consolida-se como refém do Centrão. **POLÍTICA / PÁG. A19**

NOTAS & INFORMAÇÕES

A morte da decência

Se Jair Bolsonaro não tivesse se transformado a partir de uma pesquisa e a produção de vacinas contra a covid-19 numa disputa eleitoral, teria decidido aos porões da indecência? **PÁG. A3**

A porta de entrada da política

Eleição municipal é oportunidade para renovação da política. **PÁG. A3**

Tempo em SP

19º Min. 28º Máx.



ESQUENTA

BLACK FRIDAY CAO A CHERY

OFERTAS IMPERDÍVEIS

VerCapas

CAOA CHERY

QUALIDADE, TECNOLOGIA E BOM PREÇO

VEJA NAS PÁGINAS 6 E 7

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: FALTAM 100 DIAS

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2020

ANO 100 ★ Nº 33.460 ★ R\$ 5,00

INCONTINÊNCIA

“Tem que deixar de ser um país de maricas”
Jair Bolsonaro
em evento para promover o turismo no país B2

Apenas diplomacia não dá. Quando acaba a saliva, tem que ter pólvora. Não precisa nem usar a pólvora, mas tem que saber que tem em alusão a ameaças de Joe Biden sobre a Amazônia A17

Bolsonaro festeja suspensão de vacina; SP critica medida

Morte sem ligação com Coronavac gera acusações, comitê pede volta de testes, e STF questiona Anvisa

No mais estridente episódio da disputa aberta entre Jair Bolsonaro (sem partido) e João Dória (PSDB) em torno de uma vacina contra a Covid, o presidente chamou de vitória pessoal a suspensão dos testes com a Coronavac.

O imunizante teve seus ensaios de fase final suspensos na noite de segunda-feira (9) pela Anvisa após a morte de um voluntário brasileiro, o que gerou nova crise entre os dois governos. A agência negou ingerência política.

Até o Supremo Tribunal Federal entrou na discussão, com o ministro Ricardo Lewandowski dando 48 horas ao órgão para explicar seus critérios no caso do produto chinês. Ele foi provocado por um pedido da Rede.

O óbito de um químico de 32 anos, que participava do grupo do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, não tem relação com a vacina chinesa. Foi atribuído pela polícia a um suicídio. Outra hipótese é overdose.

Não se sabe também se ele tomou a Coronavac ou placebo. Informado pelo Butantan, o Comitê Internacional Independente, que avalia ensaios vacinais no mundo todo, recomendou à Anvisa a retomada dos testes. Saúde B1

Juiz acata pedido de Russomanno e censura Datafolha

A pedido do candidato Celso Russomanno, a Justiça Eleitoral censurou a publicação de pesquisa do Datafolha, feita pela Folha junto com a TV Globo, sobre a disputa em São Paulo. O instituto considerou o ato preocupante e pediu reconsideração. Poder A5

Pandemia no Brasil

Brasil	Total	Ordem*	Variação**
Casos	5,4 mil	22 mil	-11,9%
Óbitos	156,5 mil	471	-22,7%

Dados das 20h de 23 out.
*Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia
Acelerado
Estável
Desacelerado
Reduzido



Estados com mais óbitos	Total
1º SP	38,6 mil
2º RJ	20,1 mil
3º CE	9,2 mil

EDITORIAIS A2

Bolsonaro, a derrota

Em seu placar mental alucinado, Bolsonaro teria imposto revés à “vacina chinesa”. Trata-se de mais que parvoíce e insensibilidade.

O ato do chefe de Estado é extremamente grave por comprometer a credibilidade da Anvisa e semear a desconfiança na imunização.

Dória é escondido até por aliados que lideram no interior

Candidatos em cidades do interior e do litoral de São Paulo, tucanos ou aliados do governador João Dória, evitam exibi-lo em peças de campanha, como no horário eleitoral gratuito. O PSDB diz que prefeitos têm pedido vídeos de apoio com Dória. Poder A4

eleições 2020

Folha e UOL realizam debate com candidatos à prefeitura paulistana A6

Leia perfis dos quatro principais postulantes a administrar a capital A8

No Amapá, nova onda de Covid encontra apagão

O apagão no Amapá piorou o atendimento básico de saúde a moradores que apresentam sintomas de Covid, relata o envio de a Macapá Vinicius Sassine. A piora ocorre exatamente no momento em que a capital vive nova onda de coronavírus. cotidiano B5

Empresas relatam dificuldade para pagar o 13º salário

Mercado A21

EDITORIAIS A2

Ajuda para quê?
Sobre articulação para novo socorro aos estados.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.293.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

ISSN 1678-7773
9 771414 572049 33460

Suprema Corte indica que manterá Obamacare

Apesar das investidas de Donald Trump para acabar com o Obamacare, a Suprema Corte dos EUA sinalizou ontem que não deve derrubar o programa de saúde criado durante o governo de Barack Obama, o que seria a derrota final do republicano sobre o tema. Ao menos 5 dos 9 juízes indicaram que não veem parte da lei como inconstitucional. Mundo A17

Polícia Civil de SP faz alerta sobre uso de caveira em uniformes B6

Suspeito de atropelar ciclista se apresenta, fica calado e é liberado B6

Após demitir Domêneo, Flamengo anuncia Ceni como novo técnico B7

100 ANOS

Belmonte



A grande caçada cívica de amanhã

Mundo A18
Em entrevista histórica, John Kennedy defendeu ciência em 1960

Daqui a cem dias, a Folha, lançada em 19 de fevereiro de 1921, integrará o restrito grupo de jornais centenários. Para marcar a data, serão promovidos debates e haverá entrevistas com grandes nomes do jornalismo internacional. Ao longo do ano que vem, estão previstas ainda exposições e publicações especiais. Poder A15

Ilustrada B11
Conheça Belmonte, cartunista marcante da Folha que irritou até o regime nazista

Corrida B14
Em 1991, jornal se tornou o 1º no país a ter espaço fixo para correção de erros

Bruno Boghossian
Presidente usa túmulo como palanque A2

Esper Kallás
Interromper o estudo é salvaguarda B2

Jairo Marques
Tomar vacina é opção. Eu não tive. Use a sua B4

seminários folha

webinar
Efeitos da Covid-19 no tratamento oncológico
5ª edição

HOJE 15h
Acompanhe ao vivo o debate online sobre o uso da imunoterapia na luta contra o câncer

folha.com/seminarioscancer
Saiba mais na página A13

Flamengo: Rogério Ceni é apresentado e comanda o time contra o São Paulo hoje

PÁGINA 38

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2020 ANO XCVI - Nº 31.873 • PREÇO DE ESTE EXEMPLAR NO RJ • R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO



FORÇA À PANDEMIA

Bolsonaro politiza corrida por vacina e gera falsa dúvida

Anvisa mantém suspensão de teste da CoronaVac após presidente falar em morte, invalidez e anomalia

A reação do presidente Bolsonaro à suspensão dos testes com a CoronaVac, determinada pela Anvisa por causa da morte de um voluntário, provocou temor entre cientistas e autoridades. Ao semear falsas dúvidas, afirmando que a vacina provoca "morte, invalidez, anomalia", o presidente gera incerteza e abala a confiança da população no imunizante contra a Covid. Bolsonaro comemorou a paralisação dos testes como vitória sobre o governador de São Paulo, João Dória (PSDB): "Mais uma que Jair Bolsonaro ganha".

Após a confirmação de que o óbito não se deve à vacina, minimizou a pandemia: "Tem que deixar de ser um país de maricas". O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, reafirmou o compromisso com o imunizante e a independência dos órgãos reguladores. O ministro do STF Ricardo Lewandowski deu 48 horas para a Anvisa detalhar as razões da suspensão. O comitê internacional independente que analisa a CoronaVac e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa recomendaram retomar testes. PÁGINAS 21 e 22

"Morte, invalidez, anomalia. É a vacina que Dória queria obrigar a todos tomá-la. (...) A vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha"

Jair Bolsonaro, sobre a suspensão do teste

EDITORIAL
POLITIZAÇÃO
MINHA
CONFIANÇA
NAS VACINAS
PÁGINA 2

BERNARDO
MELLO FRANCO
Anvisa, arma na
guerra da vacina
PÁGINA 12

MERVAL PEREIRA
Medo da morte
tira eleitores
de Bolsonaro
PÁGINA 2

ELIO GASPARI
Cumprimentar
ou não Biden
é irrelevante
PÁGINA 3

ELEIÇÕES 2020

Luta pelo voto útil marca reta final de campanha em RJ e SP

Candidatos pregam voto útil em busca de vaga no segundo turno. Martha Rocha (PDT), no Rio, e Guilherme Boulos (PSOL), em São Paulo, tentam cooptar esquerda. Celso Russomanno (Republicanos) quer os votos bolsonaristas, e Márcio França (PSB) se diz com mais chances de bater Bruno Covas (PSDB). PÁGINA 30

GUERRA TECNOLÓGICA

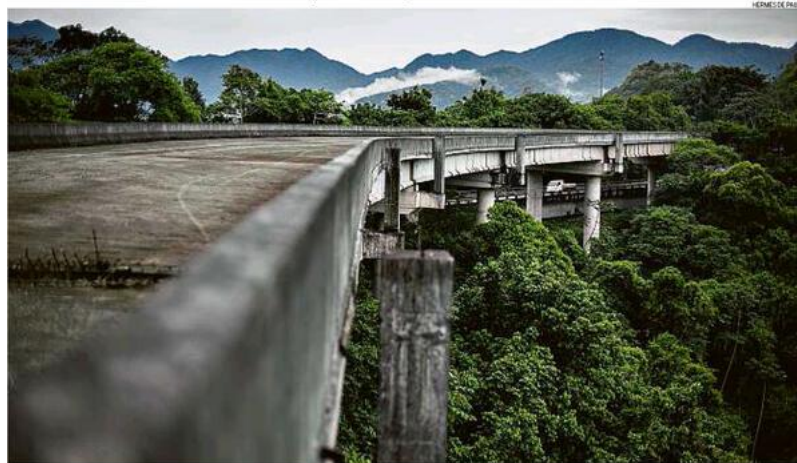
Brasil anuncia adesão a programa dos EUA contra chinesas no 5G

PÁGINA 33

Biden tenta conter tensão gerada por atitude de Trump

Após o secretário de Estado, Mike Pompeo, afirmar que "haverá transição tranquila para um segundo governo Trump", o presidente eleito Joe Biden disse que sua equipe continuará a elaborar as primeiras medidas de seu governo. Analistas veem atitude de Trump de negar a derrota como "golpe em formação". PÁGINAS 34 e 35

BR-040 no caminho inverso da privatização



Com obras paradas e serviço mal avaliado, a BR-040 terá seu trecho entre Rio e Juiz de Fora retomado pelo governo federal, que vai preparar novas regras de concessão, com leilão em 2022. Pedágio deixará de ser cobrado ao fim do contrato com a atual administradora da via, em 1º de março. PÁGINA 29

Emboscada com fuzil mata chefe da contravenção

Um dos cabeças da contravenção no Rio, Fernando Ignácio foi executado com tiros de fuzil ao desembarcar de helicóptero no Recreio. Ele travava sangrenta guerra de poder com o bicheiro Rogério Andrade havia mais de 20 anos. Em 2019, MP-RJ descobriu plano de facção criminosa para matar Ignácio. PÁGINAS 23 e 25

ENTREVISTA/CONCEIÇÃO EVARISTO

'É hora de armar-se com coragem e esperança'

Escritora mineira, que participa hoje e amanhã de seminário virtual, traça paralelo entre a situação da população negra e a do escravo que fugia para o quilombo, sem saber se chegaria lá. "A única certeza que tinha é que estava lutando por um direito." SEGUNDO CADerno

ESQUENTA

BLACK FRIDAY CAO A CHERY

OFERTAS IMPERDÍVEIS

VerCapas

VEJA NAS PÁGINAS 4 E 5

NO TRÂNSITO, O SENTIDO É VIDA.

CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E SEGURANÇA

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1908; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1900; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.989 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Bolsonaro politiza vacina e Anvisa fica sob suspeita

STF dá 48h para agência explicar suspensão de estudo

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária sustenta que tomou uma decisão técnica ao suspender o processo de aprovação da Coronavac, desenvolvida pela empresa chinesa Sinovac. A única informação oferecida, segundo a diretora Alessandra Bastos, da Anvisa, foi a de que se tratava de um evento grave não esperado. "Diante disso, interrompe-se o estudo. Esse é o protocolo", afirmou.

Comitê internacional pede que processo seja reiniciado

O Butantan rebate, afirmando que repassou os dados, dando conta de que a morte de voluntário não tinha ligação com a vacina. No meio dessa guerra de versões, o presidente Jair Bolsonaro (dele abaixo) abriu outra frente de batalha. Mais uma vez, transformou uma questão que é de saúde pública em disputa política. "Saia da bolha de ódio e comece a ser um líder. Se for ca-

Instituto Butantan reivindica recomeço imediato de análise

paz", escreveu o governador paulista João Doria em rede social. Diante das suspeitas de politização da Anvisa, o Congresso decidiu cobrar explicações da agência, do Ministério da Saúde e do Butantan. "Entre pólvora, maricas e o risco à hiperinflação, temos mais de 160 mil mortos no país, uma economia frágil e um estado às escuras", tuitou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Presidente ataca Doria, minimiza a pandemia e provoca Biden



CEMOMORAÇÃO

"Morre, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Dória queria obrigar todos os paulistanos a tomar. O presidente disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha"

MARICAS

"Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas"

PÓLVORA

"Assistimos há pouco um grande candidato a chefe de Estado dizer que se eu não apagar o fogo na Amazônia levanta barreiras comerciais contra o Brasil. Como é que nós podemos fazer frente a tudo isso? Apenas na diplomacia não dá. Porque quando acaba a saliva, tem que ter pólvora, se não, não funciona"

PÁGINA 2, 3 E 4

Nicolle Ferreira/CBDA Press



A natureza cria asas no centro de Brasília

Um ninho no alto de um poste e uma família que cresce a céu aberto. Casal de curacaca, ave comum em campos abertos do território brasileiro, encanta, diariamente, trabalhadores do edifício Venâncio 3. Acompanhar o crescimento dos três filhotes é um momento especial entre as atividades do dia a dia.

PÁGINA 19

Vida nova para Ceni e Fla contra o São Paulo

PÁGINA 14



Mais 150 mil testes

DF vai monitorar, nas regiões, uma eventual segunda onda do novo coronavírus. PÁGINA 15

IPTU em área verde

Consulta pública avaliará imposto em terrenos ocupados nos Lagos Norte e Sul. EXO CAPITAL, 16

5G une Brasil e EUA

Governos dos dois países apoiam aliança contra a chinesa Huawei. PÁGINA 7

Ed Alves/CBDA Press



GDF Saúde deve alcançar 600 mil

Com as inscrições desde o início do mês, o plano do funcionalismo pode levar até 20% da população do DF ao atendimento privado. Ao CB.Poder, o presidente do Inas, Ney Ferraz Júnior, também ressaltou as reformas que estão sendo feitas na Previdência local.

PÁGINA 17

Biden espera Trump, que aguarda a Justiça decidir sobre eleição

O clima é de constrangimento na política americana, após quatro dias da vitória de Joe Biden. O presidente Donald Trump não admite a derrota, insiste que houve fraude eleitoral, recorre à Justiça e trava o processo de transição de poder. Ontem, o democrata eleito convidou o republicano para conversar.

PÁGINA 10.



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(11) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .